

Quarta onda ou um Feminismo Maremoto?

Significados do “#ELE NÃO” nas ruas do Brasil

Mary Garcia Castro⁰¹ e Miriam Abramovay⁰²

RESUMO

É comum classificar as tônicas no espaço/tempo do feminismo na América Latina por ondas como. Defendemos que combinação dialética entre múltiplas referências, disputas discursivas e a criação de frentes, unidade na crítica ao Estado neoliberal, que no Brasil se modela por governo neofacista, tendo a rua como ponto de encontro viria caracterizando mobilizações feministas de protesto, questionando a histórica codificação do feminismo como, movimento identitário e o destacando como força estruturante na defesa da democracia. Temos mais que “uma onda no ar”.

Decola-se da grande manifestação no Brasil em 29 de setembro de 2018 e por várias cidades em outras partes do mundo, organizada por mulheres e que ficou conhecida como #EleNão por ter como alvo um presidencial que se destacou por seus pronunciamentos discriminatórios e agenda ultraconservadora e que veio a se eleito. Discute-se que tal manifestação e outras que a seguem é parte de um processo histórico que vem em um crescente, que toma múltiplas formas de feminismos que cada vez mais conjugam direitos de mulheres e da população gay, com uma crítica sistêmica da economia política, enlaçando o material e o simbólico, quando o corpo fala, protesta por si, por muitos, por democracia (Butler, 2018).

Palavras chave: manifestações; feminismos; juventudes; violências; mulheres.

Summary: This article comes up out of marches in Brazil (September 29, 2018) and in several towns in other parts of the world. They were organized by women and became to be known as “#EleNão” (“Not He”) by targeting a presidential candidate who stood out for his discriminatory pronouncements and ultracon-

servative agenda. It is defended that such act is part of a historical process, which comes in a growing. It takes multiple forms of types of feminisms that combine women and the gay population rights with a systemic critique of political economy. The material and the symbolic are linked and the body are a special protest language in such fights for democracy (Butler, 2018). Violence against women and indicators of their precarious lives as well as those related to young people are analyzed. Public mobilization are them embedded in resistance and clashes against a patriarchal gender order (Saffioti, 2004) and Neoliberalism. Besides data on violence and precarious life conditions of young persons, with special references to women, some authors on feminism and social movements in Brazil are discussed.

KEYWORDS: manifestations; feminisms; youths; violence; women.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo decola da grande manifestação no Brasil em 29 de setembro de 2018 e por várias cidades em outras partes do mundo, organizada por mulheres e que ficou conhecida como #EleNão por ter como alvo um presidencial, Jair Bolsonaro, que se destacou por seus pronunciamentos discriminatórios e agenda ultraconservadora, o que vem se acentuando neste início do seu mandato presidencial, combinando expressões de misoginia, racismo, xenofobia, subserviência aos EUA e ataque a conquistas dos/das trabalhadores.

Defende-se que aquela manifestação que vem se multiplicando em outras similares, é parte de um processo histórico que toma múltiplas formas de feminismos que cada vez mais



conjugam o que se qualifica de maneira simplista de lutas “identitárias” ou específicas por direitos de mulheres, dos/das negros e negras, dos povos originais e da população gay com ênfase culturalista ou por políticas sociais, ênfase em experiências vividas e suas marcas no corpo, com uma crítica sistêmica da economia política, enlaçando o material e o simbólico, quando o corpo fala, protesta por si, por muitos, por democracia (Butler, 2018).

Demonstra-se que há um cenário de diversas violências contra mulheres, em especial as negras e o povo gay e de precariedades, o que daria lastro para combinar resistências e enfrentamentos contra uma ordem patriarcal de gênero (Saffioti, 2004) que se entrelaça com processos de desigualdades sociais que sustentam discriminações, em ambiências de avanços do neoliberalismo com conotações de barbárie.

Defende-se que nestes tempos há uma relação dialética entre violências de ordem patriarcal/capitalista e o medo da assertividade das mulheres no público e no privado, que se vem realizando em contra ataques que tomam as ruas, irradiam subversões em múltiplos espaços, como na família e na escola. Não ao azar mais se visibiliza a violência doméstica, os femlncídios. O medo à tendência a reações delas se traduz em violências. Mas a inércia emancipacionista se sofrida, grita e avança, inclusive, por movimentos que têm na sororidade e sensibilidade à dor do outro, da outra, potencialidades como traduz o slogan “estamos juntas”.

Não são somente as jovens que estão em tais protestos, e protagonizam resistências variadas, mas elas se destacam em especial pela diversidade de referências nos coletivos feministas em que estão engajadas, muitas vezes em duras disputas discursivas entre si, que se

01 Mary Garcia Castro - PHD em sociologia; aposentada UFBA; bolsista pós-graduação sênior CAPES/PPGRC/UESB-Jequié; pesquisadora Flacso-Brasil.

02 Miriam Abramovay - Doutora em Educação; Socióloga; pesquisadora; Coordenadora da área de Juventude e Políticas Públicas da FLACSO-Brasil

Este texto, resgata e amplia análises do que publicamos em “Juventude, Gênero, Sexualidade, Família e Escola”, com o título “Elas, jovens nas ruas, tomando partido: Brasil, pós 2013” (série cadernos Flacso) Rio de Janeiro, n. 14, 2018

traduz em quase “linchamentos virtuais” e pela capacidade de se unirem, em tais manifestações públicas massivas contra “Ele”. Um “ele” uno e plural, um estado militarista, que faz apologia à tortura, à misoginia, à homofobia, corta conquistas por direitos de mulheres, dos/das negros/as, dos/das trabalhadores, dos povos originais, e que tem como projeto terra arrasada, se de patrimônio ecológico e soberania econômica se trata. Por desespero e arrogância nesta fase, em países como o Brasil, o capitalismo financeiro, o agronegócio, as empresas multinacionais, os colonialismos se afastam da social democracia, do Estado de bem-estar, e atestam que economia conservadora pede uma cultura de domesticação de corpos, não crítica.

Ao que parece, as feministas jovens, mais que a esquerda tradicional, que continua a torcer o nariz para o que codificam como “lutas identitárias”, rompe com a ideologia original, de separação entre economia e cultura, entre infra e superestrutura. No “#Elenão”, na rua, “ninguém larga a mão de ninguém”. E impressiona, feministas como nós, as velhas, as sutis mudanças dos 8 de março, quem fala e o que se fala. O microfone está com a trabalhadora doméstica, a trans, a jovem negra, a da quebrada, enquanto que antes, comandávamos nós as acadêmicas, as feministas brancas de classe média, as “políticas”.

Claro, essa é uma anotação impressionista de um 8 de março de 2019 em Salvador (Bahia) mas que sugere que não é mais uma onda de feminismo que se estrutura, e sim possivelmente um maremoto, misturas que não vão se contentar apenas com inclusão, reivindicar direitos específicos “das mulheres”, “dos/das trans” e outros, outras em subalternidades.

Em “Explosão Feminista” Heloisa Buarque de Hollanda (2018) apresenta testemunhos de vários coletivos feministas no Brasil, uma rica antologia de corpos e falas e sublinha que a 4ª onda do feminismo, se caracteriza pela diversidade.

O recurso de analisar o feminismo na América Latina por ondas, tem elementos positivos mas também pode ser restritivo, reduzindo o complexo a classificações simples. Sobre ondas no feminismo se refere Caetano (2017) :

“Em um esforço analítico os movimentos feministas são apresentados por meio de “ondas”, que são períodos cronológicos que auxiliam na compreensão e diferenciação as suas demandas. Essa distinção cronológica está associada a compreensão de que tais movimentos apresentavam demandas específicas, evoluindo em direção a outras matérias conforme a passagem

do tempo e as mudanças na sociedade, que traziam questões novas e o amadurecimento do próprio movimento feminista”.

Caetano sobre a primeira onda, a considerada por apelo à igualdade, no caso do Brasil, destaca que essa surgiu em meados do século XIX, “onde as reivindicações eram pelo reconhecimento de direitos políticos, sociais e econômicos para as mulheres;” Considera para tanto, como condicionantes a Revolução Industrial e a Primeira e Segunda Guerra mundiais: “Foram marcas da época o movimento de mulheres proletárias pela igualdade de direitos e condições de trabalho, e o movimento sufragista, formado majoritariamente por mulheres de classe alta, o qual chegou ao Brasil com a Proclamação da República, em 1889” (Caetano 1917).

A segunda onda, mais focaliza diferenças no gênero e a questão da autonomia do movimento em especial em relação aos partidos de esquerda:

“Teria início da década de 1960, ganhando impulso no Brasil em 1964, durante a ditadura militar. O feminismo de segunda se ocupou da proteção da mulher com as suas especificidades, partindo-se de uma perspectiva de isonomia formal, característica da primeira onda, para de isonomia material. Esse é um movimento de caráter libertário, que não restringe as suas reivindicações ao lugar da mulher ‘no trabalho, na vida pública, na educação’, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade’ (Siqueira). E, portanto, é exatamente nisso que consiste a sua originalidade, ou seja, na compreensão de que existe uma outra forma de dominação – além da clássica dominação de classe –, a dominação do homem sobre a mulher – e que uma não pode ser representada pela outra, já que cada uma tem suas características próprias. (Caetano, 2017)”

Já na década de 70, o outro do feminismo não seria tanto a esquerda e o patriarcado, iniciando-se debates sobre a diversidade entre as mulheres. É a terceira onda, problematizando diferença e representação, insurgindo-se contra uma mulher universal. São tempos de início dos debates sobre interseccionalidade, que a nosso juízo em muito virá a contribuir para a quarta onda, pois mais que ecoar a diversidade entre mulheres, ao interseccionar classe, gênero e raça, como insistiriam as feministas negras,

viria prenunciar um maremoto epistêmico, combinando sistemas de opressões, discutindo quando cada fator - raça, gênero e classe - se ao mesmo tempo estruturante e mutuamente estruturado, considerando o corpo eu e o corpo nação.

A associação analítica de gênero, raça e classe tem origem no questionamento sobre a adoção de apenas um destes marcos para a compreensão das desigualdades sociais. É por isso, que a interseccionalidade coloca em questão os modelos analíticos pautados no marxismo tradicional e, também, no feminismo de segunda onda, que apontava um marcador específico como fundados da opressão dos demais. Em perspectiva interseccional, portanto, não se observa tão somente a mera sobreposição de padrões de dominação, mas um “entrelaçamento complexo, o que faz com que qualquer interpretação aprofundada do mundo social e qualquer projeto emancipatório consequente precisem incorporar simultaneamente os três eixos (Caetano 2017)

Mas nosso foco não é o debate teórico sobre o conceito de interseccionalidade e suas diferentes modelações, mas ressaltar sua importância para que outros sujeitos, ou sujeitas, como as mulheres negras da periferia tomassem as ruas, sendo emblemático que muitas delas venham se candidatando a representações no parlamento, lutando por vários tipos de desigualdades e amalgamando diferentes tipos de opressão de como era o caso da vereadora Marielle Franco, assassinada em 2017 e que se transformou em ícone mundial de resistência. Era jovem, negra, lésbica, da periferia, membra de um partido de esquerda e entre suas frentes de luta estava a defesa de moradores em favelas contra o poder da milícia e o direito de familiares de policiais mortos em serviço de receber benefícios devidos pelo Estado.

Contudo, são lideranças que conseguiram romper as barreiras de escolaridade, muitas pelo sistema de cotas. São mulheres, grande parte líderes do feminismo negro, com diploma universitário. A classe que em muitos dos escritos de feministas negras é marginalizada, se faz presente e por outro lado sugere porque no plano de grandes números, ainda que nos entusiasmemos, poucas são as mulheres pobres, do “povão” nas manifestações, daí a importância de mais explorar cenários. Antes do debate de tais teses, apresenta-se a seguir cenários que condicionam condições de vida de juventudes no Brasil, especialmente de mulheres, destacando-



-se precariedades e violências. Segue breve referência a algumas autoras que discutem sobre movimentos sociais, juventudes e feminismos.

2 CENÁRIOS CONTEMPORÂNEOS QUE VULNERABILIZAM JOVENS MULHERES: PRECARIIDADES E VIOLÊNCIAS

Na contemporaneidade, são múltiplos e singulares os desafios e vulnerabilidades sociais enfrentadas por muitos jovens, principalmente as mulheres. Os jovens catalisam de forma especial as mudanças de paradigmas, a complexidade destes tempos. Os problemas com que se depara a economia política, primeiro os/as atingem, haja vista que, em todos os países envolvidos na chamada crise atual do capitalismo, as mais altas taxas de desemprego se relacionam à corte jovem. Eles/elas também são mais bombardeados por apelos a

consumos e a pluralidades do prazer ou por pressões por viver em “um eterno presente” (Bauman, 2008, entre outros), sendo sensíveis à ampliação das referências quanto a direitos e à orientação por inventar novos direitos.

Note-se que em 2017, o índice de desemprego no Brasil foi de 11,8%, mas a taxa foi maior para mulheres, jovens e pessoas com baixa escolaridade. Entre as mulheres, o índice de desemprego foi de 13,4%, contra 10,5% entre os homens⁰³ O desemprego entre os jovens no Brasil atingiu sua maior taxa em 27 anos. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), ao final de 2017, praticamente 30% dos jovens brasileiros estariam sem trabalho.⁰⁴

O quadro a seguir, a partir do último Censo de 2010 sobre jovens mulheres no Brasil, segundo alguns indicadores, apresentados por Papa e Borges (2014, p. 25), ilustra o deterioro das condições de vida da população brasileira jovem e feminina, nos últimos anos, que devem ser hoje, 2019, possivelmente mais negativas.

Quadro 1: Realidade Brasil da Juventude/ de Juventudes Mulheres

“De acordo com dados do Censo 2010 do IBGE, o Brasil possui mais de 51 milhões de jovens com idade entre 15 e 29 anos, o que significa que 27% da população total do país é jovem. As moças correspondem a 50% desse grupo, dentre as quais 52,8% se autodeclararam negras (7,4% pretas, 45,4% pardas) e as mulheres jovens vivem majoritariamente nas cidades. De acordo com o Censo, 35,8% da juventude brasileira está estudando. Do total de mulheres jovens, 36,8% estão na escola, ou seja, elas correspondem a 51,3% dos jovens que estudam. No ensino superior, superam os rapazes, chegando a 57% dos que cursam faculdade. Esse desempenho superior não se reflete, no entanto, em igual ou melhor acesso ao mercado de trabalho e às condições de trabalho que enfrentam. Em que pese as mulheres representarem 42,1% das pessoas jovens que trabalham no Brasil, uma série de desigualdades ainda se reproduz afetando suas trajetórias e perspectiva de construção de autonomia. São as jovens negras, por exemplo, as que vivenciam pior condição salarial e informalidade, estando muitas delas dedicadas ao trabalho doméstico, com prejuízo à sua trajetória escolar e outras possibilidades de escolha profissional.

A maternidade, desejada ou não, também afeta a conclusão dos estudos para parte das jovens brasileiras, que passam a compor a maior parte do contingente dos jovens que não trabalham e não estudam, chegando a 64% deles.”

Note-se que há bases materiais históricas para a insistência das feministas negras na interseccionalidade, entendida como enlace de opressões como aquelas por raça, gênero e classe. Em todas as estatísticas e estudos de caso a equação que combina situação de classe, de raça e gênero tem como produto, piores condições e sofrimentos sociais das mulheres negras pobres, tidas como na “base da pirâmide social brasileira”, como bem alertam Bueno, Burigo e Pinheiro no artigo “O Brasil Pós Impeachment a partir da vida das Mulheres” (2017). Segundo essas autoras:

A violência, o machismo, o racismo e a xenofobia são o próprio sistema [capitalista]. Portanto vale certa cautela com análises que percebem a crítica feminista e antirracista como unicamente “culturais” – e não estruturais, como de

⁰³ Dados do quarto trimestre de 2017 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) trimestral divulgada (23/02/2018) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
⁰⁴ In economia.estadão.com.br/noticias/geral, desemprego-entre-jovens-no-brasil-tem-maior-taxa-em-27-anos-diz-08,70002091029 - consultado em 03/10/2018



os homens, seguem prematuramente perdendo as suas vidas.

No país, 33.590 jovens foram assassinados em 2016, sendo 94,6% do sexo masculino. Esse número representa um aumento de 7,4% em relação ao ano anterior. Se, em 2015, pequena redução fora registrada em relação a 2014 (-3,6%), em 2016 voltamos a ter crescimento do número de jovens mortos violentamente. (p. 33)

Também há muito se alerta sobre a alta concentração de jovens negros nos casos de homicídios, bem como denúncias sobre a responsabilidade da polícia em vários desses casos: “o uso da força pelos agentes estatais é um tema central para a democracia brasileira, já que frequentemente as polícias brasileiras têm sido acusadas de violações de direitos e de serem violentas” (Cerqueira, 2018, p. 35). Desde os primeiros Mapas da Violência, focalizando juventudes, de 2002, alerta-se que a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos no Brasil seria o homicídio principalmente entre os negros pobres, moradores de periferias e favelas. Segundo o Mapa 2014, utilizando dados do SIM/Datasus do Ministério da Saúde, mais

da metade dos 56.337 mortos por homicídios, em 2012, no Brasil, eram jovens (30.072, equivalente a 53,37%), dos quais 77,0% negros (pretos e pardos) e 93,30% do sexo masculino. Se entre os jovens brancos no período de 2002 a 2012 o número de vítimas caiu 32,3% já as vítimas negras aumentaram em 32,4% (Waisselfiz, 2014).

Precariedades de vida e violência se retroalimentam considerando classe e raça. Entre os jovens a situação é mais preocupante: o número de vítimas brancas cai 32,3%. O número de vítimas jovens negras aumenta 32,4%: são jovens que em sua trajetória de vida com a maior probabilidade, não contaram com oportunidades de escolaridade, emprego e que são estigmatizados como “bandidos”, “vidas descartáveis” (Agamben, 2007), cujo assassinato é banalizado se não festejado socialmente. Destaca-se que um dos slogans do presidente repudiado em manifestações organizadas por mulheres, denominadas “#EleNão”, seria que “bandido bom é bandido morto”.

É também comum ressaltar que se a violência tem classe e raça, tem também gênero/sexo, já que no caso de homicídios, cerca de 95% dos jovens são homens. Mas tais mortes costumam se irradiar em sofrimentos, vitimando várias mulheres relacionadas à vítima letal, como a mãe, a esposa ou companheira ou irmã. E de fato um movimento social composto basicamente de mulheres que viria se visibilizando nos últimos anos, é o de mães de jovens assassinados por forças do Estado. São mulheres, comumente chefes de família, organizadas em redes que clamam por justiça, por “limpar o nome do filho”, contra a banalização de suas mortes, e sua culpabilização, que lutam por reconhecimento da violência institucionalizada pelo Estado, tanto por meios jurídicos como por apoio mútuo e contra o silenciamento de tais violências – contra seus filhos e contra elas, vítimas também de “discursos de ódio”⁰⁵ como ilustra declaração do General Mourão, vice do presidente eleito, também alvo da campanha “#EleNão”:

Famílias sem pais é fábrica de elementos desajustados. A partir do momento em que a família é dissociada, surgem os problemas sociais. Atacam eminentemente nas áreas carentes, onde não há pai e avó, mas sim mãe e avó. Por isso é uma fábrica de elementos desajustados que tendem a ingressar nessas narcoquadrilhas.⁰⁶

Mas no mesmo contexto, há que reconhecer que as violências contra as mulheres vêm merecendo atenção e instrumentos legais. A controvérsia é se, apesar de tais medidas reduzirem os casos fatais. Contudo, se sublinha que aumentariam as denúncias sobre violência doméstica por parte das mulheres vítimas.

O início do ano de 2018 foi marcado pelo assassinato de Marielle Franco, que chocou a população brasileira. Mulher, negra, lesbica, mãe e moradora da favela da Maré, Marielle Franco era vereadora da Câmara Municipal do Rio de Janeiro e, no dia 14 de março, foi morta em um atentado. Treze tiros atingiram o veículo onde ela estava. A comoção pública e a transformação de seu nome em símbolo de resistência são sinais de que a violência contra a mulher está deixando de ser naturalizada.

Em 2016, 4.645 mulheres foram assassinadas no país, o que representa uma taxa de 4,5 homicídios para cada 100 mil brasileiras. Em dez anos, observa-se um aumento de 6,4%. (Cerqueira, 2018, p.45)

Mais uma vez o entrelace entre raça, classe

fato são. Logo uma crítica adequada ao capitalismo será necessariamente uma crítica feminista e antirracista, pois a dimensão violenta do capital se manifesta entre as maiorias subalternizadas. (p. 34)

O Brasil há muito se destaca por tristes estatísticas quanto a homicídios de jovens. De acordo com o “Atlas da Violência 2018”, (Cerqueira, 2018):

A vitimização por homicídio de jovens (15 a 29 anos) no país é fenômeno denunciado ao longo das últimas décadas, mas que permanece sem a devida resposta em termos de políticas públicas que efetivamente venham a enfrentar o problema. Os dados de 2016 indicam o agravamento do quadro em boa parte do país: os jovens, sobretudo

05 Ver, entre outros Carlos Nobre, “Uma História de Protagonismo Social. Mães de Acari”, PUC Rio, 2005; e Carvalho, Deize “Vencendo as Adversidades. Autobiografia de Deize Carvalho. Coleção Nós por Nós, Movimento Mães de Maio e Rede de Comunidades e Movimento Contra a Violência, Rio de Janeiro, 2014.

06 In www.oantagonista.com de 17.09.2018, consultado em 04.10.2018.

e gênero indica a pior situação quanto à violência letal, das mulheres negras. Com dados de 2016 do Atlas da Violência, tem-se que “a taxa de homicídios é maior entre as mulheres negras (5,3) que entre as não negras (3,1) – a diferença é de 71%”. (p. 68)

Acessando dados do Sistema de Saúde, o Atlas da Violência registra hospitalizações por estupro. Sendo que 68% dos registros se referem a estupro de menores, destacando que cerca de quase um terço dos agressores das crianças (até 13 anos) são amigos e conhecidos da vítima e outros 30% são familiares mais próximos como pais, mães, padrastos e irmãos. Sublinha-se que, quando o violador era conhecido da vítima, em 54,9% dos casos tratam-se de ações que já vinham acontecendo anteriormente e 78,5% dos casos ocorreram na própria residência. (p. 5)

O Brasil dispõe de duas leis consideradas modelares para apoio de mulheres vítimas de violências domésticas: a Lei Maria da Penha e a Lei contra feminicídio⁰⁷. A Lei Maria da Penha tem um sofisticado aparato de classificação de violências, mas seus efeitos em relação à diminuição de casos têm sido objeto de debates. Por exemplo, alguns estudos, como o de Posenato et al. (2013) considerando séries estatísticas de mortes de mulheres por agressão entre 2001 a 2011 conclui que, não tiveram significativo decréscimo no período tais mortes. Já em outra pesquisa (Cerqueira et al., 2015) para o período de 2006 a 2015 ter-se-ia dados indicativos que essa lei teve impacto positivo na redução de assassinatos de mulheres em decorrência da violência doméstica. Um dos impactos incontestáveis da lei seria a ampliação do caso de denúncias por mulheres, frisando que é uma lei que vem sendo objeto de acompanhamento por distintas organizações voltadas aos direitos das mulheres.

Muitos jovens no Brasil hoje existem e não existem, ou deixam de existir, sem que se dê muita conta, são “vidas descartáveis”, vítimas da “tanatopolítica”, mas a juventude é uma potencialidade. Ser jovem potencializa questionar projetos políticos-culturais que sufocam transformações, ainda que não necessariamente todos os indivíduos em idades jovens busquem mudanças e, por outro lado, nem todos etariamente jovens possam ser jovens.

A seguir aborda-se autoras sobre o tema juventudes, gênero e movimentos sociais, o que

precede capítulos sobre como mulheres, principalmente jovens vêm tomando às ruas em resistências contra precariedades e distintos tipos de violências, como por exemplo, as institucionais, relacionadas ao Estado no período contemporâneo.

2 BREVE RECORRÊNCIA A TEXTOS SOBRE JUVENTUDES, GÊNERO E MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

No campo de estudos sobre movimentos sociais, os trabalhos de Maria da Glória Gohn têm destaque, e juventudes são focalizadas, em particular, nos mais recentes, quando a autora assim como outros chama a atenção para a diversidade de tipos de participação dos jovens; defende a tese de que as chamadas formas clássicas de movimentos sociais, como partidos, sindicatos e o movimento estudantil estariam sendo questionados.

Insistimos na defesa da diversidade de bandeiras, assim como fissuras que os movimentos por reconhecimento da humanidade do negro, da mulher e de povos gays vêm provocando naqueles tidos como clássicos, como por exemplo, o “Fora Temer” e o “#EleNão” e pela crítica ao capitalismo, afirmando nexos entre diversos movimentos e coletivos.

Gohn (2016) vem defendendo também a importância das redes virtuais, mas reconhecendo que a partir de 2013 o trânsito, a combinação de mobilização nas ruas e a virtual mais se afirmam.

A predominância de algumas juventudes em manifestações a partir de 2013, o papel da violência da polícia no acirramento de violências de grupos de jovens e no que ela defende como predominância de “novos movimentos sociais” nos movimentos de protesto entre 2010 a 2013 em vários países, mais caracterizaria as mobilizações.

Insistimos na questão de diversidade de bandeiras, frentes e formas de organização, no cuidado com o engessamento artificial quando se fala em clássicos e novos movimentos sociais, assim como no alerta de que os projetos, as redes e ações conjuntas não se impõem por si, mas nas relações antagônicas com poderes, como agências do capitalismo, o Estado neoliberal, o patriarcado e os diversos tipos de racismo, como o institucional.

Alvarez (2014) é outra autora que colabora com reflexões para melhor situar ideários de jovens feministas. A autora empreendeu várias entrevistas em distintas partes do Brasil, no período 2013-2014, com algumas representações de feminismos, como de correntes do feminismo negro, da Marcha Mundial, da Marcha das Vadias, e do Levante, no intuito de mais discutir o novo no feminismo. Ela destaca a importância do feminismo entre jovens – embora frise que as militantes desses coletivos preferam se intitular apenas como feministas; reafirmar a pluralidade entre esses e a ênfase por um “retorno às ruas”, o que se diferenciaria de outros períodos em que predominaria uma tendência à institucionalidade, associando movimentos sociais à maquinaria do Estado. Vale destacar algumas de suas reflexões, em particular com as que mais nos alinhamos, ou seja, o reconhecimento da pluralidade mesmo entre feminismos jovens e a preocupação por estar nas ruas. A seguir algumas de suas análises:

No Brasil essa complexa formação política que é o feminismo atual continua se movendo e se remodelando em interação dinâmica com as chamadas Jornadas de Junho de 2013 e suas “sequelas” mais radicais, anticapitalistas, anti-Copa Mundial de 2014 e, recentemente, anti-Olimpíadas. Esses outros campos discursivos paralelos, por sua vez, se articularam com os feminismos através de um “retorno às ruas” liderado por mulheres e homens atuantes nos movimentos autonomistas, anarquistas, neo-leninistas e trotskistas (de todas as colorações imagináveis), os quais têm múltiplos pontos de interseção e influência mútua, – mas uma relação nem sempre tranquila – com diversos setores do campo feminista atual, especialmente com os mais variados setores do chamado “feminismo jovem”. {...}

‘Quase todas [jovens] com que dialoguei declararam que querem construir um “movimento feminista que vá novamente às ruas” (Name e Zanetti, 2013, p. 15), e muitas entendem o feminismo por uma ótica deveras irreverente: querem “fazer o feminismo ser uma ameaça de novo, fazer o feminismo ser uma ameaça real”.

⁰⁷ A Lei Maria da Penha (lei nº 11.340/06) é uma lei criada para reprimir a violência familiar ou doméstica contra as mulheres. A lei trouxe regulamentações específicas em relação à punição e tratamento da violência doméstica e familiar. A Lei Maria da Penha pode ser aplicada para qualquer mulher que seja vítima de abusos ou agressões e que esteja em condição de fragilidade em relação ao seu agressor.

“Feminicídio significa a perseguição e morte intencional de pessoas do sexo feminino, classificado como um crime hediondo no Brasil. Sobre a lei do Feminicídio notar que a lei alterou o Código Penal, como a introdução do parágrafo 9, do Artigo 129, possibilitando que agressores de mulheres em âmbito doméstico ou familiar sejam presos em flagrante ou tenham sua prisão preventiva decretada. Estes agressores também não poderão mais ser punidos com penas alternativas. A legislação aumenta o tempo máximo de detenção previsto” in <https://www.todapolitica.com/lei-maria-da-penha/> consultado em 03.10.2018

3 MULHERES EM RESISTÊNCIAS

No contemporâneo, resistências diversas alinhadas à crítica da biopolítica⁰⁸, ou seja, a um capitalismo que sequestra corpos, realiza-se por assujeitamentos da sexualidade e discriminações segundo inscrições étnicas raciais além da exploração básica, a clássica luta de classe no terreno da economia política.

Carla Rodrigues (2018) nos lembra:

O filósofo Michel Foucault afirma que o Estado só consegue garantir sua função de assassino se funcionar 'no medo do biopoder, pelo racismo'. O que ele definiu como biopoder é a forma política de controle sobre os corpos marcados, controle que do meu ponto de vista, se dá preferencialmente sobre os corpos marcados pela subalternidade, ou para falar como Michelle Perrot, sobre os excluídos da história: operário, mulheres e prisioneiros [...] os feminismos são a constituição histórica da resistência e esse controle estatal sobre o corpo. (p.3)

Desde 2013 grupos heterogêneos vêm assumindo as ruas como palco para indicar suas reivindicações. Aqui nos centralizamos nas mobilizações acionadas por feministas, alinhando-nos a preocupação de Butler (2018) em sugerir que tais “assembleias populares” são características de luta pela democracia, que se rebelam contra precariedades de condições de vida e assujeitamentos de corpos:

Quando corpos se juntam na rua, na praça ou em outras formas de espaço público (incluindo os virtuais), eles estão exercitando um direito plural e performativo de aparecer, um direito que afirma e instaura o corpo no meio do campo político (Butler, 2018, p. 17).

A ocupação de espaços por vozes públicas plurais vem se gestando há algum tempo, não é necessariamente novo, mas hoje se destaca com a tomada da rua, e que não se alinha necessariamente às profecias auto cumpridas de que os/as jovens não querem saber de políti-

ca e que os/as que militam se concentram em grupos autonomistas, rejeitando engajamento em partidos e grupos político partidário. Consideramos que de fato muitos feminismos se caracterizam por orientação de autonomia, contudo por outro lado coletivos feministas jovens, núcleos LGBTQ+ e núcleos de entidades do movimento negro relacionadas a partidos à esquerda, viriam também se ampliando.

Desde 2000 há registros de coletivos de jovens mulheres, muitos voltados ao então nascente campo de PPs - políticas públicas para juventudes. Segundo Papa e Borges, 2014:

Em um breve apanhado da última década, e sem a pretensão de apresentar uma linha do tempo completa, foram marcantes os espaços de articulação e projetos de engajamento em rede, em que as jovens brasileiras se organizaram para pautar suas questões nos debates pré-criação e pós-criação da Política Nacional de Juventude e também em outros espaços. São exemplos, o Fórum Cone Sul de Mulheres Jovens Políticas - Forito2 (2001-2009), o Programa Mulheres Jovens e Cidadania - fortalecendo a liderança de mulheres jovens e seu trabalho em redes no Cone Sul3 (2007- 2013), o Encontro Nacional de Juventude Negra (2007), o Encontro Nacional de Jovens Feministas (2008) e o Encontro Nacional de Negras Jovens Feministas (2009), ao reunirem jovens mulheres de diferentes movimentos e organizações identificadas com a construção feminista e antirracista, impulsionaram a seu tempo possibilidades de incidência em espaços que ajudaram a delinear o avanço institucional das políticas para a juventude, para as mulheres e para a igualdade racial. Estavam presentes no Projeto Juventude (2003-2004), coordenado pelo Instituto Cidadania, que elaborou proposta de criação de um organismo nacional para as políticas de juventude. As jovens disputaram suas propostas no Encontro Latino-Americano de Jovens Lideranças da ONU pelas Metas do Milênio (2005), na formação da primeira gestão - e sempre presentes desde então - no Conselho Nacional de Juventude (2005

até o presente), nas Conferências Nacionais de Juventude (2008 e 2011), de Políticas para Mulheres (2004, 2007 e 2011) e de Políticas de Igualdade Racial (2005, 2009, 2013), entre outros espaços, como os X e XI Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe (2005 e 2009). Ai “Jovens feministas presentes” era o mote. (p. 23)

Há algum tempo estão também nas ruas por direitos vários, as trabalhadoras rurais, sendo alta a participação de mulheres jovens na Marcha das Margaridas (que acontece desde 2011, geralmente em agosto e com a presença entre 30.000 e 100.000 mulheres. (Ver Biroli, 2015).

De singular no caso da mobilização de mulheres jovens na contemporaneidade (pós 2013), uma perspectiva que há algum tempo vem se gestando em alguns movimentos de mulheres, seria a combinação de reivindicações emancipadoras na micro política, tendo o corpo, as relações afetivas, o direito de não ter filhos ou de tê-los e por serviços de Estado de qualidade, em especial no campo da saúde e educação, bem como equidade quanto a rendimentos e oportunidades de trabalho, além de mais se investir contra diversos tipos de violências.

Mas se insiste, haveria algo mais se gestando no horizonte contemporâneo, o que bem ilustra o tom dos protestos de jovens mulheres em 2017 e 2018. Com o golpe em 2015 e perda de direitos inclusive no plano da institucionalidade, ganha-se em radicalidade no movimento feminista, ou seja, perde força a orientação por políticas públicas e presença na maquinaria estatal, embora tal campo ainda seja bem temperado por ativismo, e mais se amplia o enfrentamento em relação ao governo, e questionamento de possibilidades de mudanças quanto aos quadros de desigualdades sociais, por classe, raça e gênero, nos limites do capitalismo.

Ganha força a biopolítica, que tem no corpo modelação para a resistência, o que, se insiste, não garante em si o epíteto de que tais movimentos quando gritam por direitos sexuais, seu corpo, sua etnicidade/raça, não questionam o Estado, e o estado de coisas da nação.

Em entidades e atividades do movimento feminista negro vem se cultivando perspectiva intergeracional, ainda que seja visível o grande

08 O debate acerca da biopolítica se intensificou nos últimos anos. Com este termo, conforme a professora Laura Bazzicalupo, “designamos a importância crescente da vida e do corpo na gestão política”. Em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line, ela destaca que, com a modernidade capitalista, “o poder político está instalado nas vidas para fortalecê-las e governá-las, para ganhar produtividade máxima”. Com isso, o poder acaba tomando conta dos corpos e de sua regulação.” (<http://www.ihu.unisinos.br/575024-formas-e-mediacoes-juridicas-tradicionais-sao-inadequadas-entrevista-especial-com-laura-bazzicalupo->)

Nessa entrevista, segundo Bazzicalupo:

“A teoria liberal se baseia na separação entre o público e o privado. Muitas questões – desde o direito de família até a legislação trabalhista, de saúde ou de questões raciais e de identidade de gênero – demonstram que esta separação não resiste. Problemas do corpo vivo são públicos e, ao contrário, atores políticos públicos – por exemplo, no populismo – contam com elementos privados para se afirmar. O enfraquecimento desta separação, que fundamenta toda a teoria política moderna, manifesta-se tanto na crise do direito como na crise da representação política.” Ver Bazzicalupo. “Biopolítica, um mapa conceitual” Ed Unisinos, São Paulo, 2017.

ativismo de jovens, como o foi na Marcha de Mulheres Negras em novembro de 2015, em Salvador. No 2º Encontro de Negras Jovens Feministas, em setembro de 2017, em São Paulo, a ênfase se dá nas relações intergeracionais, quando se discutiu: Direito ao Bem Viver, Participação Política, Tecnologias, Comunicação, Identidades e Feminismo Negro.

O destaque para a situação na classe das jovens negras também singulariza o feminismo negro e indica que vão além do dito “identitário”, bem demonstrando a importância de que raça estrutura classe e gênero e vice-versa. Da Carta Manifesto do 2º Encontro:

Cientes de que “nossos passos vêm de longe”, damos continuidade ao legado deixado pela Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver (1), na luta contra o racismo, sexismo, lesbofobia, transfobia e todas as formas de discriminação. Somos jovens negras no caminho construído por nossas mães, onde pisamos respeitosamente chamando outras de nós para essa luta incessante, de modo a colaborar nos futuros caminhos que também abriremos para as que estão chegando, as que irão chegar. Se considerar negra jovem feminista é se identificar com o pensamento feminista negro na sua concepção e ativismo político. Queremos dialogar com as várias experiências de nos identificarmos como negras jovens feministas. Oportunidade para criar estratégias de ações conjuntas, comunicação e conhecimento, na criação de uma rede.

Temos uma perspectiva específica sobre a situação política no país que só é possível pelo fato de sermos parte baixa da pirâmide de exclusão que ainda se mantém firme e repetitiva nas estatísticas. Não aguentamos mais enterrar mulheres vítimas de feminicídios! Não existe remédio suficiente que expurgue a dor de não poder decidir sobre a própria vida e ser tutelada por um Estado omissivo e violento que decide quem morre e quem não morre. Na maioria dos casos, nós sempre morreremos (...).⁰⁹

Manifestações que reuniram feministas de distintas correntes ocorreram entre 2013 a 2015 contra o Projeto de Lei 5069 que trata da atenção a vítima de abuso sexual. O problema do Projeto está, especialmente, nos trechos que modificam a Lei 12.845 de 2013 que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral



de pessoas em situação de violência sexual. No país, foram feitos 1.613 abortos legais em 2014, 94% deles em consequência de estupros. O Projeto 5069 foi apresentado em 2013 pelo deputado Eduardo Cunha (PMDB) e tinha como objetivo inicial modificar o artigo 127 do Código Penal sobre “aborto praticado por terceiros”, em que transforma em crime qualificado o “anúncio de meio abortivo ou induzimento ao aborto”. O texto dificultaria o aborto a mulheres estupradas que procurassem o serviço de saúde por obrigar que o procedimento só fosse feito quando o crime fosse constatado em exames de corpo de delito e comunicado à polícia.

Nas fotos dos protestos das mulheres contra Cunha, em novembro de 2015, o corpo como linguagem se destacou, tendo como referência básica o Projeto de Lei 5069, patrocinado também pela bancada religiosa, mas também eram comuns cartazes com uma plêiade de consignas, contra o racismo, contra o governo Temer, contra fundamentalismos, ao exemplo do que excomungou o feminismo com o simplificado epíteto de ser uma “ideologia de gênero”.¹⁰

No 8 de março de 2017 os protestos de rua focalizaram violências contra as mulheres, a reforma da previdência e o racismo, entre outras pautas. Já em 13 de novembro do mesmo ano, elas foram às ruas de várias cidades no Brasil para protestar contra a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 181, que visava proibir todas as formas de aborto no Brasil, inclusive em casos de estupro ou risco de morte da gestante. Em São Paulo, integrantes da Frente Feminista de Esquerda e Mulheres Sem Medo do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-teto) estavam à frente do ato. Havia também representantes da CUT (Central Única dos Tra-

balhadores) e de outras entidades sindicalistas participando do protesto¹¹.

3.1 O VIRTUAL E O PRESENCIAL

As redes contribuíram para tirar o feminismo do privado, incentivar sonoridade, tão minada por ethos de competições. Como sugere Alvarez 2014:

Se a internet já era importante no campo feminista latino-americano desde meados dos anos 1990, as redes ou meios sociais hoje têm um papel de destaque, especialmente na popularização dos feminismos e na articulação desses campos incipientes e mais precarizados. A própria predominância da modalidade “Marcha”, como evidenciada nas acepções da Marcha Mundial das Mulheres, a Marcha das Vadias, a Marcha das Mulheres Negras, a Marcha das Margaridas, e muitas outras não mencionadas aqui, como a Marcha do Orgulho LGBT, reflete precisamente o predomínio desses meios massivos de comunicação e interação, estimulando o que Juris (2012, p. 260-261) tem chamado uma “lógica de agregação”, evidente também nos processos de protesto globais como Occupy e os Indignados, que envolve a aglomeração de massas de indivíduos de diversas origens em espaços físicos e manifestações eventuais. (p. 45)

Muitas estão em redes presenciais e virtuais por seu corpo, por “suas regras” (como gritam tantos em passeatas) e/ou por projetos libertários (“se cuida machismo, a América Latina será toda feminista”, outra comum consigna), “Sapatão contra toda opressão” proclamava uma das bandeiras da 10ª Caminhada de Lésbicas e Bissexuais de Belo Horizonte, realizada em agosto de 2014” (Alvarez 2014, p. 37); por sexualidades não heteronormativas e em alianças com povos LGBTTTQ, como as pessoas trans e de orientação queer.

A diversidade de posturas críticas ao imediato e/ou ao sistema político-sócio-econômico, a junção de motes antirracistas, a críticas, repetidos, ao capitalismo, ecoavam, por exemplo, também na Marcha das Mulheres, que em Florianópolis, teria reunido mais de 10 mil pessoas, em setembro de 2017.

09 11In <https://www.geledes.org.br/sao-paulo-recebe-2-encontro-nacional-de-negras-jovens-feministas/>

10 Ver sobre a polêmica sobre “ideologia de gênero” no Brasil, entre outros Castro, 2017.

11 <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/11/13/protesto-contrapec-181.htm?cmpid=copiaecola>

Esses eventos e mobilizações ilustram que outra perspectiva sobre movimentos sociais vem se afirmando, que não os dos guetos identitários ou por competição sobre que luta seria a prioritária, ou dicotomias clássicas, entre o “geral” e o “específico”. O que não induz também a ingênua consideração de que não há disputas discursivas entre correntes feministas. Há, e até casos de “linchamentos virtuais” quando se sugere que o inimigo é a outra, a feminista branca, e não o racismo/classismo/patriarcado em sua estruturação de relações e atribuição de privilégios. Contudo defendemos que tais casos não necessariamente invalidam a tese de que mais que uma onda em que coexistem diversos feminismos, vem se afirmando um maremoto em que o alvo são muitos eles, e que para tanto em alguma medida contribuiu o conceito de interseccionalidade, primeiro cunhado por feministas negras mas que já faz parte de um acervo variado de debates inclusive além daqueles que se contentam em denúncias e por projetos de inclusão, mas que focalizam posições, colorismos e experiências de discriminações e violências também por reflexões sobre estruturas complexas de uma sociedade que tem nas desigualdades de várias ordens a dinâmica de sua reprodução, ou seja ampliando portanto o conceito de lutas de classes.

Rede de movimentos sociais, sem aparelhamentos; nexos entre movimentos sociais e partidos à esquerda; nexos entre militância presencial e cyber militância são desafios destes tempos. E os jovens e as jovens vêm se destacando em fazer avançar enfrentamentos a tais desafios, contudo tal esforço pede muito mais investimento entre saber e ação, ou seja, “cidadanias ativas” informadas. (Ver Castro, 2017)

4 “#ELENÃO”

Muitas coisas mudaram no Brasil, desde a chamada “primavera brasileira” e os “rolezinhos”¹² em 2013, modelando-se subjetividades contestadoras contra precariedades e violências e tendo a rua como palco. São corpos e discursos coletivos de mulheres que, em multidão, gritam “#EleNão”, tendo como totem de revolta contra a ordem patriarcal/capitalista, um presidente que em período de campanha defendia o militarismo que há tantos dizimou no Golpe Militar de 1964, e ter a violência armada como bandeira e que desqualificava conquistas de

mulheres, negros povos LGBTQ+, sendo emblemática sua fala de que teve uma filha mulher, por uma “fraquejada”.

Um candidato que teve alta intenção de votos, em especial entre os homens, os mais ricos, os mais escolarizados, os eleitores do Sul e Sudeste, mas também, o que mais complica, entre mulheres desses estratos.

O que sugere que o “#EleNão” seria metafora para um Brasil real, com poder político, apoiado em instituições do sistema, que muitas, muitos, negam em especial com seus corpos, suas vozes, fazendo-se multidão no público.

De repente, em meio a desencantos com a política, o aumento de diversos tipos de precariedades, violências, em especial contra as mulheres, e de retrocessos em conquistas de trabalhadores em plena reta final das eleições no Brasil, uma onda organizada por mulheres, “Mulheres Unidas contra Bolsonaro”, agregou 2 milhões, em poucos dias, que se opunham à sua candidatura, foi hackeado e colocado fora do ar, mas logo depois recuperado e devolvido para suas administradoras originais, aumentando o número de inscritas para a espetacular cifra de 3 milhões de membros.

Em um sábado (29 de setembro de 2018) as ruas de várias cidades do Brasil foram inundadas com o grito #EleNão. Muitas mulheres foram contra as propostas do candidato seja pela sua misoginia, seja pela perspectiva de armar a população sem nenhuma referência a políticas preventivas e por seu discurso de ódio. Ele já afirmou que espancaria um filho gay e a deputada Maria do Rosário (PT-RS) que não a estupraria por ela “não merecer”.

Mas muitas mulheres, repetimos, também estavam com ele (agitando um “#EleSim”), configurando o que o feminismo da 3ª onda, já destacava: há mulheres e mulheres. O feminismo no Brasil é uma forte fundante ideologia, e o apelo de religiões fundamentalistas para configurar feministas como bruxas contra a família e os “bons costumes”, surtiu efeito, dividiu as mulheres.

Nosso foco neste artigo foi em um feminismo em se fazendo, sensível ao entrelace de processos sociais acionados contra subordinações de muitos, muitas, cada vez mais saindo das dicotomias entre o público e o privado e tomando partido por sujeitos em diversas subordinações.

Alinhamo-nos à perspectiva de Kalil (2018)¹⁵ que em suas reflexões, baseadas em pesquisas etnográficas, sobre os protestos “#EleNão” e as manifestações pró Bolsonaro,

em que se defende “#EleSim” em São Paulo, destaca, como insistimos neste artigo, que o feminismo de protesto contra “Ele” vem se firmando há muito por resistências várias, muitas desqualificadas por análises simplistas como “morais”, “identitárias” ou “específicas” e reafirmando a consigna dos anos 70 de que “o pessoal é político”:

Não é de hoje que as mulheres, indígenas e grupos LGBTQ+ oferecem uma resistência aos avanços do conservadorismo. Esses grupos foram os primeiros a denunciar a presença desses discursos e ações na política, antes mesmo de Bolsonaro assumir destaque no debate nacional. A questão é que, enquanto a violência tinha como alvo apenas os corpos de mulheres, indígenas, pessoas trans, jovens negros e a população LGBTQ+, os efeitos violentos do avanço de pautas conservadoras pareciam restritos a eventos sem relação entre si. Desta perspectiva, é como se a noção de democracia não estivesse repentinamente em risco. O que ocorre é que ameaças de perdas de direitos e violências, já conhecidas por esses grupos identitários, só recentemente passaram a ser um problema de todos. Retomar o significado da máxima “o pessoal é político” é evidenciar que a violência sofrida por grupos subalternos é um problema de ordem pública e não privada. Portanto, estão longe de representar apenas “pautas morais”, são questões cruciais para a tentativa de realização de qualquer projeto democrático.

5 REFLEXÕES FINAIS

O tema mulheres jovens em mobilizações, se recuperado seu sentido dialético, ou seja, de relacionado a antagonismos, estimula construções, agenciamentos sobre juventudes em movimentos sociais e em movimento nas ruas e marcas de gênero, tendo o corpo tanto como linguagem, como protesto em si, por outra performática, como sugere Butler (2018):

Quando corpos se unem, como o fazem para expressar sua indignação e para representar sua existência plural no espaço público, eles também estão fazendo exigências mais abrangentes: estão reivindicando reconhecimento e valorização, estão exercitando o direito de aparecer, de exercitar a liberdade e estão reivindicando uma vida que possa ser vivida. (p. 33)

Protagonismo juvenil feminino é uma potencialidade, em especial quando movimentos

12 Os rolezinhos eram encontros entre os jovens marcados pela internet, com o objetivo de se divertirem em Shoppings Centers, cantando funks e falando alto, o que foi reprimido pela polícia, ao mesmo tempo em que os Shoppings começaram a fazer uma triagem de quem deixariam ou não entrar.
15 Kalil, Isabela Oliveira. In <https://blogdaboitempo.com.br/2018/10/04/elenao-e-elesim-uma-perspectiva-feminista-sobre-os-protestos-em-sao-paulo-e-sua-repercussao/> consultado em 04.10.2018.

sociais impulsionados ou com forte presença de jovens mais buscam representar as necessidades de tantos, cujas humanidades vêm sendo massacradas pelo Estado, como os e as jovens negras, os que não estudam e nem trabalham, os e as denominadas genericamente jovens da na, de periferia, para que sentindo se esses, de fato representados, apresentando-se, reforcem as hostes das “cidadanias insurgentes” (Houlston, 2013) antigolpistas. Se há que se festejar tanto a presença como a agenda interseccional de jovens em protestos, principalmente as jovens e as negras; há que considerar que a maioria estaria atada a condições de vida e ideologias que os/as marginalizam do exercício de serem sujeitos de outra história.

São muitos os/as jovens que protagonizam dramas que não modelaram como o tráfico, violências domésticas e públicas, o desemprego e, vinculados a organizações pautadas por fundamentalismos religiosos em que sem ser parte de coro ou movimento sociais de rebelião contra o estado de coisas, são antagonistas de si, protagonistas e vítimas de crimes anunciados.

Já as jovens mulheres nas ruas do Brasil são agnósticas (ver Rodrigues 2018), estão em

ação pelo seu corpo, sua raça, sua sexualidade são uma possibilidade de uma geração que traz ao feminismo, a mixidade - cada vez mais são também os jovens homens que estão com elas - em organizações várias e apostam na tônica da ‘intergeracionalidade’ - mas que jovens feministas querem ser vistas principalmente como feministas. Muitas estão em dupla ou tripla militância, em partidos (desestabilizando dogmas), em outras organizações como no MST, MTST, CONTAG, CTB¹⁵ e tantos por direitos vários. São uma possibilidade de combinar velhas e novas formas de fazer política, decolando do corpo eu, para o corpo nós-nação/transformação.

O enfrentamento da barbárie contemporânea, a chamada onda conservadora que corre o mundo mais que onda alertada para as figuras cunhadas pelo filósofo Giorgio Agamben (2007), sobre estes tempos: a “tanatopolítica”- a política da morte e a micropolítica - (Conceito cunhado por Achille Mbembe, ver Mbembe 2016). e a produção de “vidas descartáveis” via a xenofobia, o racismo institucional, as guerras imperialistas, o neocolonialismo, o neopatriarcalismo com a figura extrema do feminicídio, a homo/lesbo/transfobias e os crimes de ódio contra o

povo LGBTQ+, assim como, o fundamentalismo religioso. Ou seja, por sedutores cabelos mortíferos da Medusa, capitalismo que nestas plagas se metamorfoseia no golpe temeroso, no ódio, em desencanto com a política, na indignação que se contenta com a piada virtual, em rearranjos da vida no eu, no ilhar-se no insular do pessoal ou em alternativas respaldadas na ideologia do fim da história, vetores que paralisam a ação por mudanças emancipatórias, coletivas.

Tal status quo ou como estão as coisas, sim, pedem movimentos sociais vários, tantos os clássicos como sindicatos e partidos posicionados na luta de classes e defendidos como movimentos sociais por Hobsbawm (1996) como movimentos alinhados contra subordinações várias, decolando de corpos negros, femininos e fora das normas sobre sexualidade e nesses, os e as jovens são os novos Perseus e Atenas, na luta contra o monstro e sua cabeleira. Não nos iludamos, há mais que uma nova “onda no ar”. Mas a previsão de um maremoto pode sair de quetos e socializar insurgências.

Referências

- Agamben, G. (2007). Estado de exceção. São Paulo: Boitempo.
- Alvarez, S. (2014). Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. Cad. Pagú [online]. n.43, pp.13-56. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1590/0104-833201400430013>
- Bauman, Z. (2008). Vida para Consumo. A Transformação das Pessoas em Mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Birólli, F. (2015). O feminismo como projeto transformador: as vozes das Margaridas. Recuperado de <https://blogdaboitempo.com.br/2015/08/28/o-feminismo-como-projeto-transformador-as-vozes-das-margaridas/>
- Bueno, W., Burigo, J. & Pinheiro M. R. (2017). O Brasil Pós Impeachment a partir da vida das Mulheres. Revista Cult 227. Recuperado de <https://revistacult.uol.com.br/home/o-brasil-pos-impeachment-partir-da-vida-das-mulheres/>
- Buarque de Hollanda, Heloisa (2018) Explosão Feminista. São Paulo. Cia das Letras
- Butler, J. (2018). Corpos em Aliança e a Política das Ruas. Notas para uma Teoria Performativa de Assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Caetano, Ivone Ferreira “O feminismo brasileiro: uma análise a partir das três ondas do movimento feminista e a perspectiva da interseccionalidade”, 2017, in http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistas/genero_e_direito/edicoes/1_2017/pdf/DeslvoneFerreiraCaetano.pdf, consultado 28.03.2019
- Carvalho, D. (2014). Vencendo as Adversidades. Autobiografia de Deize Carvalho. Rio de Janeiro: Coleção Nós por Nós, Movimento Mães de Maio e Rede de Comunidades e Movimento Contra a Violência.
- Castro, M. G. (2017). Juventudes, Sexualidades e Paradigmas - Porque gênero é mais que uma Ideologia. Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, SC, Brasil. Recuperado de http://www.en.wcc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499199790_ARQUIVO_IDEOLOGIA-DEGENEROPARAFAZENDOGENERO.pdf
- Cerqueira, D (coord) (2018). Atlas da Violência 2018. Brasília: IPEA, Fórum de Segurança Pública.
- Cerqueira, D., Matos, M., Antunes, M. A. P. & Pinto J. J. (2015, março). Avaliando a Efetividade da Lei Maria da Penha. Recuperado de http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=24606
- Chade, J. (2017, novembro 20). Desemprego entre jovens no Brasil tem maior taxa em 27 anos, diz OIT. O Estado de São Paulo. Recuperado de <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,desemprego-entre-jovens-no-brasil-tem-maior-taxa-em-27-anos-diz-oit,70002091029>
- Fachin, P. (2018, janeiro). A teoria liberal-democrática é incapaz de dar conta de um mundo seletivo e hierárquico, onde as diferenças estão instaladas em corpos e vidas concretas. Entrevista especial com Laura Bazzicalupo. Revista Ihu On-Line. Recuperado de <http://www.ihu.unisinos.br/575024-formas-e-mediacoes-juridicas-tradicionais-sao-inadequadas-entrevista-especial-com-laura-bazzicalupo->
- Gohn, M. G. (2016, julho). Mobilização da Juventude e Redes Sociais. Anais da 68ª Reunião Anual da SBPC, Porto Seguro, BA, Brasil, Recuperado de http://www.sbpnet.org.br/livro/68ra/PDFs/arq_4563_2162.pdf-consultado_05.01.2018_18
- Hobsbawm, Eric J. (1996). A Era do Capital, 1848 - 1875. São Paulo: Paz e Terra.
- Houlston, J. (2013). Cidadania Insurgente. Disjunções da Democracia e da Modernidade no Brasil. São Paulo: Cia das Letras.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2018). Dados do quarto trimestre de 2017 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Brasília: IBGE.
- Kalil, I. O. (2018, outubro 4). #EleNão e #EleSim: uma perspectiva feminista sobre os protestos em São Paulo e sua repercussão. Blog da Boi Tempo. Recuperado de <https://blogdaboitempo.com.br/2018/10/04/elenao-e-elesim-uma-perspectiva-feminista-sobre-os-protestos-em-sao-paulo-e-sua-repercussao/>
- Mbembe, A. (2016). Necropolítica. Revista UFRJ 32, 123-151. Recuperado de <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>
- Nobre, C. (2005). Uma História de Protagonismo Social. Mães de Acari. Rio de Janeiro: PUC.
- Papa F. & Borges, L. (2014). Imaginando cores que nunca vimos. In Lobato, A. L. (Org.), Jovens Mulheres e Políticas Públicas (pp. 18-37). Brasília: Presidência da República.
- Posenato, L. G., Santana, F., Rolim L. & Hofelmann, D. A. (2013, set). Avaliação do impacto da Lei Maria da Penha sobre a mortalidade de mulheres por agressões no Brasil, 2001-2011. Jornal Epidemiologia. Serv. Saúde, Brasília, 22(3):383-394, jul-set 2013. Recuperado de <http://scielo.iec.gov.br/pdf/ess/v22n3/v22n3a03.pdf> doi: 10.5123/S1679-49742013000300003
- Rodrigues, C. (2018). O ano das bruxas em ação. Rio de Janeiro: Le Monde Diplomatique.
- Saffiotti, H. (2004). Gênero, Patriarado, Violência. São Paulo: Ed. Perseu Abramo.

Weisselz, J.J. (2014). Mapa da Violência 2014. Os Jovens do Brasil. Brasília: Presidência da República. 19

13 MST- Movimento dos Sem Terra; MTST-Movimento dos Trabalhadores Sem Teto; CONTAG-Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, CTB-Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil.